

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE** -----

----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE INICIADA NO DIA TREZE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- **ATA NÚMERO SEIS** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois reuniu, na sede da Junta de Freguesia, sita na Rua Josefa de Óbidos número cinco, a Assembleia de Freguesia de São Vicente, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Luis Pedro de Melo Carvalho (PS), coadjuvado por Carla Susana Carvalho Estronca (PS), Primeira Secretária em exercício, e Erica Filipa Lopes da Conceição (PS), Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Afonso Resende dos Santos Dias e Fernanda Pereira Adrião.-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – João Gabriel de Carvalho Isqueiro, Vitor Manuel Alves Agostinho e Michele Boulter Faro.-----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Bruno dos Santos Rodrigues Palma e Adelina Maria Pereira Fernandes. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Patrícia Isabel Pombinho Leal e Joana Olinda Mendes Oliveira La Cueva.-----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS)** – João Paulo Teixeira da Palma de Oliveira. -----

----- Com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto único – Pedido de Assembleia de Freguesia extraordinária pelos eleitos da Assembleia de Freguesia do PCP e PSD sobre “as notícias que chegaram da comunicação social envolvendo o nome da Junta de Freguesia de São Vicente”. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- **Ponto único – Pedido de Assembleia de Freguesia extraordinária pelos eleitos da Assembleia de Freguesia do PCP e PSD sobre “as notícias que chegaram da comunicação social envolvendo o nome da Junta de Freguesia de São Vicente”.** ---

----- **Membro Adelina Fernandes (PSD)** disse que relativamente à última reunião considerava completamente inqualificável o que aconteceu. Após dois anos de pandemia não se admitia que para além dos munícipes da Freguesia não conseguirem perceber o que foi dito no início, os Membros que estavam online para conseguirem ouvir a Assembleia, tivera que pôr o Youtube no telemóvel, assistir a uma reunião através do telemóvel e a falar para o computador. Para além de que tinha sido a primeira pessoa a pedir para falar e fora a última a intervir. -----

----- Sentira-se completamente ignorada e isso não podia acontecer. Se a Junta não tinha capacidade de gerir os meios informáticos, então tinha que arranjar porque isso não se admitia. Não era o Chapitô, era uma reunião, uma Assembleia de Freguesia.-----

----- Não sabia se no fim da reunião foram todos beber um café, se tinham morrido, o que teria acontecido porque ficara sem som, sem ver e sem nada, sentada em frente a um computador sem saber o que se estava a passar do outro lado. Isso não podia acontecer.-----

----- **Membro Patrícia Leal (BE)** disse que tinha algumas questões, percebendo que havia situações que eram da justiça, mas para quem estava de fora deixava algumas dúvidas.-----

----- Primeiro saber qual foi o serviço efetivamente prestado à Freguesia pela empresa, o que fez exatamente e qual a relevância desse serviço para os fregueses. -----

----- Depois saber como foi feito o contrato ou os contratos, se houve concurso ou se foi ajuste direto e nesse caso se houve consulta a outras empresas que pudessem fazer o mesmo serviço. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que havia questões que o preocupavam e com certeza preocupavam a todos, porque foi pública a presença da Polícia Judiciária. -

----- Na sessão passada parecia que em termos do que ficou transmitido para casa foi só uma afirmação pessoal que tinha feito em relação às questões da Presidente da Junta, acreditando que independentemente do que viessem a dar as investigações, daquilo que conhecia, ela estaria inocente. O mesmo poderia não acontecer em relação aos outros elementos eleitos na Freguesia ou outras pessoas relacionadas com essa questão.-----

----- Queria só deixar claro, porque realmente as coisas ficaram interrompidas e quem estava em casa não percebeu nada. -----

----- As observações que foram feitas era aquilo que também queria saber, o que o Executivo teria a dizer em relação a isso. -----

----- Em termos da Polícia Judiciária estava envolvida não só a Freguesia de São Vicente, mas também as Freguesias da Misericórdia e de Santa Maria Maior e pelo que sabiam estava envolvida também a própria Assembleia Municipal, que pelo menos na altura a polícia teria visitado também. -----

----- Era preciso que o Executivo pudesse explicar esse volume tão grande. A polícia não se deslocava a um sítio apenas por suspeita de última hora, com certeza que deviam ter dados para o poder fazer.-----

----- O que preocupava era o facto da Junta de Freguesia, assim que soube das notícias ou que foi interrogada, não ter esclarecido desde logo perante os eleitos e os moradores o que estava a acontecer e haver necessidade de serem os eleitos da Assembleia de Freguesia a promover uma sessão, quando teria sido mais correto se a Junta de Freguesia tivesse tomado a dianteira e esclarecido o que se passava. -----

----- **Membro João de Oliveira (CDS-PP)** disse que o CDS era de opinião que os últimos episódios onde se viu envolvida a Junta de Freguesia de São Vicente, que foram amplamente divulgados nos diferentes órgãos de comunicação social, afetavam de forma negativa a imagem da Freguesia e da Cidade de Lisboa.-----

----- Relativamente às recentes buscas que a Polícia Judiciária realizou na sede da Junta de Freguesia de São Vicente o CDS era de opinião que no presente, enquanto não existissem quaisquer arguidos constituídos no caso que se encontrava ainda em investigação e sob necessário segredo de justiça, era prematuro estar no imediato a tecer comentários ou juízos de valor sobre quem quer que fosse ou sobre factos que na realidade se desconheciam para além daqueles que foram noticiados publicamente em alguns órgãos de comunicação social. -----

----- Respeitando as funções e os poderes dos vários órgãos que consituíam o Estado de direito em que se vivia, defendendo o essencial e inalienável direito de presunção de inocência de todo e qualquer cidadão até que a justiça provasse e fundamentasse o seu contrário, ao CDS não cumpria a função de julgar e penalizar na Assembleia de Freguesia a ação de Executivos anteriores, mas sim um papel de fiscalizar a ação do atual Executivo da Junta de Freguesia de São Vicente e de exigir, no cumprimento dessa mesma fiscalização, o maior rigor e total transparência do Executivo no desempenho das funções públicas para que foram escolhidos pelos munícipes de São Vicente, os quais deviam ser respeitados, ouvidos e esclarecidos em todas as situações, independentemente das opiniões que em determinado momento pudessem ter ou ter tido do atual ou anteriores Executivos da Junta de Freguesia. -----



----- Nesse sentido e não querendo alimentar nenhuma avaliação injusta ou infundada do anterior ou atual Executivo, no qual se repetia mais de 50% dos elementos que constituíam o anterior Executivo responsável pela celebração dos contratos que estavam a ser investigados pelo Ministério Público, o CDS solicitava ao atual Executivo, através da pessoa do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de São Vicente, que fossem fornecidos a todos os elementos dos partidos eleitos na Assembleia as cópias dos mesmos contratos que foram entregues aos elementos da Polícia Judiciária e do Ministério Público que estiveram presentes no final do mês de março nas instalações da sede da Junta de Freguesia, para que os mesmos pudessem ser devidamente lidos e analisados por todos aqueles que tinham assento político por decisão dos munícipes de São Vicente, que através do voto livre e democrático elegeram o Partido Socialista uma vez mais para liderar os destinos da Junta de Freguesia. -----

----- Atendendo às normas impostas pelo Regulamento Geral da Proteção de Dados, o CDS não se opunha que os contratos e demais documentos fossem entregues aos grupos políticos eleitos para a Assembleia de Freguesia sem os dados pessoais ou coletivos das empresas em causa, dados esses que na leitura do CDS em nada prejudicavam a avaliação dos conteúdos dos contratos e documentos solicitados. -----

----- Ao CDS importava de momento ter na sua posse as cópias dos contratos e demais documentos que foram facultados aos elementos da Polícia Judiciária e Ministério Público, com o principal propósito de se inteirar da verdadeira situação e dimensão desse caso que se tomou conhecimento, como todos os outros elementos, através da comunicação social no passado dia 30 de março e com o qual, fossem claros, se adensaram inevitavelmente as críticas que se faziam em público e através das redes sociais ao anterior e ao atual Executivo da Junta de Freguesia. -----

----- Depois de lidos e analisados os documentos solicitados, com os quais procuravam encontrar respostas para algumas questões que inquietavam, algumas das quais já foram expostas pelo PCP e pelo BE, o CDS reservava-se ao direito nas próximas semanas, sempre depois do poder judicial se pronunciar em primeiro lugar sobre a investigação em causa, de tomar uma posição pública sobre esse caso, fazendo votos para que as autoridades judiciais atuassem de forma célere, para o rápido estabelecimento do bom nome institucional da Junta de Freguesia, que tinha sido muito falada na comunicação social nas últimas semanas e na ótica do CDS nem sempre pelos melhores e mais dignificantes motivos. -----

----- **Membro Bruno Palma (PSD)** disse que o PSD ia entregar à Mesa um pedido assinado pela oposição no sentido de ser entregue aos elementos da Assembleia de Freguesia a listagem dos documentos que a Polícia Judiciária consultou e cópia de todos os documentos, como estava previsto na Lei. -----

----- Estava assinado por toda a oposição e agradecia que ficasse registado em ata. -----

----- Mais importante que palavras eram os atos e lamentava que o Executivo da Junta de Freguesia não tivesse tomado a iniciativa de promover uma sessão de esclarecimento que se impunha. -----

----- Não fazendo juízos de valor sobre ninguém podia fazer juízos de valor sobre como as coisas corriam e as coisas não correram bem. A transmissão desse ponto caiu inexplicavelmente assim que o Membro Vítor Agostinho pronunciou a palavra “corrupção”. Não sabia se algumas palavras estavam bloqueadas na transmissão, esperava que não, mas impunha-se um esclarecimento aos eleitos e aos munícipes em geral, a bem do bom nome da Assembleia de Freguesia, da Junta de Freguesia, dos Membros do Executivo e da transparência que se pretendia que não fosse esquecida. ---

----- Agradecia que depois dessem cópia do registo de receção. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a sessão já não estava a ser conduzida por nenhum elemento da Junta de Freguesia e num curto espaço foi feito um contrato para que não surgisse nenhuma entropia, alguma conivência que pudesse eventualmente ter surgido na mente de alguém. Não foi fácil num curto espaço de tempo. -----

----- O que tinha para dizer era que a Polícia Judiciária quando se dirigiu às Juntas de Freguesia teve o cuidado de lhe ligar. Tinha-lhes dito que iria demorar algum tempo, perguntaram-lhe se uma meia hora ao que respondeu que não era preciso tanto, mas que estivesse à vontade e pedisse os elementos aos funcionários para ser entregue com rapidez e irem adiantando o trabalho. -----

----- Eles já tinham alguns elementos e pedira-lhes para a acompanhar à área da contabilidade e como estava tudo informatizado rapidamente ficaram com os elementos todos que pediram. -----

----- Toda essa operação foi acompanhada por funcionários da Junta, as melhores testemunhas que um dia poderiam ser chamadas para responder no caso da polícia o entender. -----

----- Não foi muito demorada a presença, nem houve qualquer acrimónia da parte da polícia em relação à Junta de Freguesia nem à Presidente. -----

----- Já tinha feito auditorias e quando estava em segredo de justiça não caía numa esparrela de dizer aquilo que foi entregue para ir parar ao tribunal. Podia, mas não devia. Era assim que funcionava a justiça e o direito em Portugal, estando em investigação tinha que se aguardar o resultado da investigação. -----

----- Havia sempre uma coisa que podia ser feita, que era enviar os pedidos que foram entregues para a PJ e perguntar o que podia ser respondido aos eleitos. Não iria responder mais do que devia, mas também não tinha nenhum problema em fazer chegar os elementos que foram entregues ao Senhor Presidente da Mesa e perguntar a quem de direito o que poderia ser dito. -----

----- Seria isso feito, certamente que a contento de todos e percebendo que viviam num Estado de direito, mesmo que alguns gostassem que isso fosse rapidamente modificado. -----

----- O que tinha ficado a saber no final do dia pelo Senhor Presidente da Câmara, que fez uma intervenção na televisão, era que se tratava de uma investigação que já decorria há mais de dez anos e o que podia assegurar era que daquilo que foi pedido, na sua leitura, não estava em causa nenhum elemento do atual Executivo ou de outros que o antecederam. -----

----- Não sabia o que procuravam e não questionara sequer a Polícia Judiciária. Não levaram muitos elementos, levaram os que pediram. -----

----- Foram abordadas as três Freguesias, a PJ estava noutras Freguesias a pedir outro tipo de elementos e tinha sabido de mais uma que não ia dizer qual, que certamente já estaria no dia seguinte nos jornais. -----

----- A Doutora Rita tinha-a substituído na Assembleia de Freguesia e reproduziu aquilo que disse a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que só à noite soubera que a Câmara Municipal estava a ser investigada. Já estava nos jornais que estiveram todos à mesma hora nos diferentes espaços, a Assembleia Municipal, a EMEL, a Gebalis. -----

----- Aguardava-se uma resposta que fosse cabal. O que podia dizer era que tinha por si que a Junta de Freguesia seria ilesa, limpa de tudo o que foi dito e esperava um dia um pedido de desculpas daqueles que tão mal pensaram. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que no requerimento entregue foram colocadas algumas questões, como as empresas que prestaram serviços, se havia mais que uma, se houve concursos. Perguntou se sem dizer nomes a Senhora Presidente poderia referir alguma coisa sobre esse tema. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que em relação à Junta de São Vicente só foi referido... noutras havia outras situações, porque todos sabiam que os autarcas trabalhavam em rede e iam conversando sobre algumas situações... apenas foi referida uma empresa que teria sido referida também noutros espaços, mas não podia dizer porque não estava lá. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou que tipo de serviços ela prestava.

----- **Vogal do Executivo Rita Moura** disse que a investigação não visou o Executivo da Junta de Freguesia nem qualquer funcionário da Junta de Freguesia. A investigação visava duas empresas mas São Vicente só tinha procedimentos com uma. A Polícia Judiciária levou a documentação relativa a essa empresa. -----

----- Iriam colocar à Polícia Judiciária, uma vez que estava em investigação, a questão do fornecimento dos dados que a Assembleia de Freguesia pedia para saber se não violava o segredo de justiça. -----

----- A Polícia Judiciária levou o contrato e o procedimento que foi efetuado. Assim que os funcionários da Junta ligaram a dizer que estava a Polícia Judiciária presente nas instalações da Junta ao mesmo tempo que estavam na Assembleia Municipal, nas Juntas de Santa Maria Maior e Misericórdia, deslocara-se rapidamente à Junta e foram fornecidos os elementos. A PJ saíu uma hora depois com todos os elementos. -----

----- O serviço que estava contratualizado era no âmbito de uma consultoria jurídica com muitos anos, de 2014. -----

----- **Membro Bruno Palma (PSD)** disse que sabiam agora haver um contrato de consultoria jurídica que remontava a 2014, altura em que a Senhora Presidente já exercia funções. Sendo assim, quando se dizia que remontava a mandatos anteriores não era de outras pessoas, a maior parte delas ainda ali estavam. -----

----- Agradecia o esclarecimento e agradecia depois o detalhe. Independentemente de haver segredos de justiça e o Regulamento Geral de Proteção de Dados, havia forma de transmitir os documentos sem que isso afetasse uma coisa e a outra. -----

----- Por outro lado o Senhor Presidente da Câmara, Carlos Moedas, o que ele disse foi que a Câmara não ia criar nenhum obstáculo porque isso não tinha a ver com o período de governação dele. Remontava a um período anterior ao Doutor Carlos Moedas e o que disse foi que a Câmara cooperava com as instituições por forma a obter o esclarecimento e bem. Não significava com isso dizer que pôs em dúvida ou que pensava pôr em dúvida. Foi clarinho, disse o que tinha que dizer, que não tinha a ver com o seu período, a Câmara cooperava a estava disponível para entregar os dados. ----

----- Já tinham dado entrada do pedido à Mesa, se fosse preciso algum documento adicional ao abrigo da Lei fariam saber, se era necessário cumprir qualquer formalidade e a Assembleia estava disponível para o fazer, mas o que queriam saber era concretamente qual o processo, o que envolvia, os montantes. Era um processo que envolvia várias Juntas de Freguesia e várias entidades, todas elas geridas pelo PS, era bom dizer a bem da verdade, de acordo com a informação que constava na comunicação social. -----

----- Competia ao Executivo e aos visados fazer prova e apresentar os documentos em questão, por forma a que não houvesse quaisquer dúvidas. Era legítimo não haver dúvidas, era um exercício que foi dada a oportunidade e não aproveitaram, era isso que os levava ali. Estavam ali porque não houve a iniciativa de prestar um esclarecimento que era devido à Assembleia de Freguesia e aos municípios. -----

----- **Membro João de Oliveira (CDS-PP)** disse que o CDS não fazia juízos de valor sobre nenhum elemento do Executivo e ficava à espera dos dados para tomar uma posição. -----

----- Tinha uma dúvida que talvez pudessem esclarecer. Quando falavam na consultadoria jurídica desde 2014, se ela foi começada desde 2014 e era sucessiva ou se teve cortes na prestação de serviços durante esse tempo. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que mal fosse o Presidente da Câmara ir dizer que não abria as portas, o que admirava era ele dizer que até não estava lá. A questão que se colocava era se no futuro, se estivesse lá, se abria as portas ou não com a mesma vontade que o fez agora. -----

----- O PCP tinha a opinião que a data foi mal escolhida dentro do ponto de vista político porque com certeza que quis atingir outras coisas, nomeadamente a agenda política, mas isso competia a quem estava no poder que pudesse fazer. -----

----- Soube-se que a Junta de Freguesia terminou um contrato com uma advogada na Freguesia e a questão que queria colocar era se essa situação tinha alguma coisa a ver com a situação que a Senhora Presidente e a Senhora Secretária da Junta colocaram. ---

----- **Vogal do Executivo Rita Moura** disse que o término de uma prestação de serviços com uma jurista não se devia a essa investigação, não tinha nada a ver. Devia-se a um procedimento que foi lançado e que estaria em curso a ida em mobilidade de uma pessoa que respondeu ao concurso e que chegaria brevemente para prestar serviço como técnico superior na Junta de Freguesia. -----

----- Relativamente ao Membro Bruno Palma, tinha feito alguns comentários que depois seriam respondidos, fornecendo a documentação conforme as orientações da Polícia Judiciária. -----

----- O contrato estava ativo e em análise para parecer jurídico, uma vez que nada lhes foi informado pela empresa e ninguém foi constituído como arguido. Até informação em contrário, a Junta não recebeu nenhuma informação sobre essa matéria. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que quando se tinha uma herança herdava-se o passado. Já todos teriam tido alguma herança e certamente que algumas coisas estavam menos bem e por vezes nem era simples encontrar os elementos que faziam falta para resolver as situações, mas não havia nada a dizer que o passado ficava arrumado, porque os advogados pediam também o passado. -----

----- Tinha passado um fim-de-semana a procurar um papel que era bom ter encontrado e que nada tinha a ver com a Junta, era da sua vida pessoal. -----

----- Havia uma outra jurista em Santa Engrácia que também deixou de exercer funções e que bem gostaria de ver ali sentada em representação de outro grupo político. Tinha a ver com a vida pessoal das pessoas, que por vezes não tinham possibilidade de dar continuidade a um trabalho. -----

----- Só havia uma jurista que a pedido foi da Câmara para a Junta a tempo inteiro quando foi agregação das Freguesias, era quem fazia os licenciamentos e dava bem conta do trabalho, só lhe podiam estar gratos. -----

----- O que precisavam à data era saber como iriam fazer um contrato, como fazer o procedimento. Não queria dizer que fosse feito pela empresa, perguntava-se à consultadoria jurídica como fazer para não cometer o erro. Não tinham nada a esconder, literalmente nada. -----

----- Tinham uma jurista em Santa Engrácia e a necessidade que surgiu tinha a ver com a contratação pública que era muito complicada, queriam abrir concurso. Com o PREVPAP não houve necessidade, os requisitos eram diferentes, mas para poder abrir concurso tinham que ter alguém especialista na contratação pública. Não queria dizer que as funcionárias que tinham não pudessem também dar o seu *apport*, conheciam bem porque até já trabalharam com São Vicente de Fora, mas era uma carga muito grande de trabalho e precisavam de um núcleo só para a contratação pública. -----

----- Por aquilo que lhe disseram de outra Junta, era assim que se ia sabendo, demorava pelo menos nove meses e custaria no mínimo dez mil euros. Uma vez que iam fazer, a ver se podiam cobrir todo o cluster de funcionários que tinham em situação ainda de precários. Na altura eram 103, infelizmente um já faleceu, entraram 102, mas com o PREVPAP estavam os requisitos todos bem estipulados e só não entrou quem não conseguiu de acordo com os requisitos. Quando houve necessidade de fazer um contrato foi preciso saber como se fazia. -----

----- Se alguém dizia que a iria regar com ácido no dia da tomada de posse o que se fazia? Ficava quieta e calada? Isso também foi necessário perguntar, mas nem foi necessária muita coisa, porque pusera um post com o cuidado de não referir quem fez chegar a informação, uma coletividade que muito respeitava... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a Senhora Presidente da Junta se estava a afastar do tema. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não. Os primeiros a dizer que tinha de ser acompanhada naquele ato foi a polícia e até lhe tinham perguntado se andava sozinha na rua. Andava sozinha na rua mas com algum receio, porque por vezes as pessoas passavam-se para o outro lado da razão. -----

----- Assim se foi fazendo a aprendizagem. Sabia-se que para uma obra tinha que ser feito convite a pelo menos três entidades, alguns até ficavam desertos. Iriam consultar onze empresas que faziam esse tipo de trabalho. Era esse tipo de trabalho que fazia a consultadoria. -----

----- **Membro Bruno Palma (PSD)** perguntou se tinha ouvido mal ou se foi dito 2010. Não seria 2010, era um contrato de 2014. -----

----- **Vogal do Executivo Rita Moura** disse que era 2014 e não 2010. Em 2010 nenhum dos eleitos estava na Junta. -----

----- **Membro Bruno Palma (PSD)** referiu que a investigação começava em 2010, o contrato referia-se a 2014 e era só um... -----

----- **Vogal do Executivo Rita Moura** explicou que o mandado de busca referia que a investigação começou em 2010. A documentação levada da Junta de Freguesia era um contrato realizado em 2014. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que estavam a trabalhar na crista da onda de outras Juntas de Freguesia e fez-se aquilo que outros colegas fizeram nas outras Juntas, colocar um comunicado na página em termos simples. -----

----- **Membro José Dias (PS)** disse que o grupo de eleitos do PS agradecia ao Executivo os esclarecimentos prestados, que foram bastante esclarecedores. -----

----- Agradecia também e congratulava a Senhora Presidente e o Executivo pelo acompanhamento das forças de investigação, Polícia Judiciária e elementos do Ministério Público que visitaram as instalações da autarquia, a disponibilidade total em acompanhar o processo de investigação. -----

----- Também saudar, relativamente aos factos que foram relatados, que em nenhuma altura foi posto em investigação o nome de um funcionário ou Membro do Executivo, do atual ou dos dois anteriores mandatos. -----

----- **Membro Bruno Palma (PSD)** disse que uma vez não terem tido a oportunidade de falar na primeira parte dos trabalhos e sendo a sua intervenção final gostava de apresentar uma proposta de criação de uma comissão permanente para o acompanhamento dos Santos Populares a ser criada no âmbito da Assembleia de Freguesia. A proposta de criação ficava já entregue. -----

Aut.

----- Estavam na sexta vaga do Covid e na sequência da Junta de Freguesia ter organizado recentemente uma atividade da qual resultaram dezenas de pessoas com Covid, era o mínimo que a Assembleia de Freguesia decorresse noutras instalações, em que as pessoas não tivessem que estar sentadas umas ao colo das outras.-----

----- Não fazia nenhum sentido que se marcasse uma reunião para ali e que no dia seguinte tivessem que lá voltar novamente. Tinham que aprender com as lições que a vida dava.-----

----- A Junta de Freguesia tinha promovido há pouco tempo uma atividade da qual resultaram dezenas de pessoas com Covid e se calhar fazia sentido que o Senhor Presidente tivesse isso em conta na marcação das reuniões para uma sala que manifestamente não tinha condições para as pessoas que ali estavam sentadas, nem para os munícipes nem para os eleitos.-----

----- Propunha que a reunião do dia seguinte decorresse noutra espaço, por exemplo no Mercado de Santa Clara, que de acordo com a informação prestada pelo Executivo funcionava apenas seis dias por mês. Se calhar fazia sentido que o mercado coberto mais antigo da Cidade de Lisboa estivesse ao serviço da comunidade, nomeadamente da Assembleia de Freguesia, conforme combinaram na comissão do Regimento da Assembleia de Freguesia. Foi essa a indicação dada e não estava a ser cumprido.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a Assembleia estava agendada para ali e iria decorrer ali. Não havia meios logísticos para alterar.-----

----- **Membro João de Oliveira (CDS-PP)** disse que o CDS gostaria, estando a chegar as comemorações dos 48 anos do 25 de Abril de 1974, de propor ao Executivo que fosse celebrado pela Junta de Freguesia com a aquisição de bilhetes para uma peça de teatro que iria decorrer já no final da semana no Teatro São Luis e que se chamava “As memórias de uma falsificadora”, sobre a vida de Margarida Tengarrinha, uma resistente anti-fascista casada com José Dias Coelho.-----

----- A guerra da Ucrânia mostrava claramente que os bens e os valores dados como adquiridos durante muito tempo podiam ser perdidos de um momento para o outro. Era importante que não deixassem cair no esquecimento as pessoas que lutaram para a liberdade que se vivia atualmente em Portugal.-----

----- O 25 de Abril, não tendo direita ou esquerda, devia ser defendido por todo o País de direita e de esquerda.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião.-----

----- Eram vinte e duas horas e vinte e cinco minutos.-----

----- Da reunião foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

----- PRESIDENTE -----

Na qualidade da Mesa em exercício de funções aquando da aprovação:

Presidente *André Silva*

1º. Secretário *gip5entadento*

2º. Secretário *[assinatura]*